PROMON

Promon S.A.

CNPJ nº 05.315.149/0001-83

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao analisar o desempenho da Promon S.A. no exercício, observamos avanços importantes em diversos aspectos relevantes para a nossa estratégia. Apesar de ainda enfrentarmos um mercado com desafios relativos à cadeia de suprimentos e à alta taxa de juros, alcançamos resultados favoráveis devido à diversificação de nossa atuação, à aplicação de tecnologia e a um olhar atento às principais demandas de nossos clientes. A Promon S.A. alcançou receita gerencial consolidada de R$ 1,48 bilhão, crescimento de 6% em relação ao R$ 1,39 bilhão registrado no exercício anterior. Esses valores consideram a receita total da Promon Engenharia Ltda. e 35% da receita da Logicalis Latin America Holding S.A. (percentuais equivalentes às participações acionárias detidas pela Promon S.A. nas duas empresas operacionais). O resultado consolidado, por sua vez, registrou lucro de R$ 6,3 milhões (ante o prejuízo de R$ 654 mil do ano anterior), com desempenho beneficiado por resultados não operacionais. Na Promon Engenharia, encerramos o exercício com R$ 268,3 milhões em vendas, um crescimento de 20% frente aos resultados de 2022e, a uma receita bruta de R$ 254,1 milhões, que representa um aumento de 55% em relação ao período anterior, consolidando dois anos consecutivos de crescimento, com aumento de 12% no número de colaboradores. Na Logicalis Latin America, vivenciamos um ano bastante desafiador em virtude do panorama econômico e das cadeias de fornecimento e encerramos o exercício com R$ 3,5 bilhões em vendas, com uma redução de 10% quando comparada ao período anterior, e com receita bruta de R$ 3,5 bilhões, no mesmo patamar do último exercício. A tecnologia tem sido forte aliada para o alcance de nossos resultados. Na Promon Engenharia, a digitalização tem sido um vetor de transformação do negócio, com destaque para o lançamento do PromonLAB, um espaço de imersão tecnológica com uso de realidade virtual. Já na Logicalis Latin America, o foco no crescimento da prestação de serviços recorrentes aos clientes foi um dos pontos altos do ano. Desenvolvemos soluções cada vez mais personalizadas para auxiliar nossos clientes nos desafios da transformação digital. Durante 2023, investimos ainda na evolução de nossa Agenda ESG, criando especificamente um comitê sobre o tema na Promon S.A., com o intuito de promover diversidade, equidade e inclusão e elaborar diretrizes sobre o tema. A Logicalis Latin America publicou seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, ampliando a transparência sobre seus resultados e iniciativas relacionadas ao assunto. A Promon Engenharia fez seu primeiro Censo de Diversidade e Inclusão, além de participar de projetos de impacto social, como o TerPaz, cujas unidades promovem a inclusão social e a transformação comunitária. Além disso, a Promon Engenharia segue como referência em projetos do segmento de transição energética. Quando o assunto é governança e transparência, continuamos a fomentar o tema e conscientizar a todos através de treinamentos relativos à *compliance*. O processo de gerenciamento de riscos também esteve como prioridade na agenda nesse período. É visando a responsabilidade e ao futuro financeiro dos colaboradores que há quase 50 anos temos a Fundação Promon de Previdência Social (FPPS). Em 2023s, a FPPS passou por renovação de seus Conselhos Deliberativo e Fiscal e lançou um novo programa de perfis de investimentos a fim de atender cada investidor de acordo com suas visões e necessidades, mantendo-se firme e atenta na condução de seus investimentos. Esses e diversos outros resultados relevantes somente foram alcançados graças à força do nosso time e da nossa cultura. Temos uma conduta marcada por ética, resiliência, inovação e colaboração. Desde a sua criação, a Promon S.A. atua no Brasil e no exterior com pioneirismo, qualidade e dedicação aos clientes. E seguirá assim, oferecendo serviços e soluções diferenciadas para suportar a execução das estratégias de seus clientes nas áreas de engenharia e tecnologia.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E EM 31 DE MARÇO DE 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota explicativa	Controladora mar/23	Controladora mar/22	Consolidado mar/23	Consolidado mar/22
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	16.676	21.326	47.905	43.713
Títulos e valores mobiliários	7	–	–	676	6.074
Contas a receber de clientes	9	–	–	54.747	30.876
Impostos e contribuições a recuperar	10.a	111	367	7.934	5.876
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10.b	470	179	5.924	4.934
Adiantamentos a fornecedores		25	58	806	602
Ganhos não realizados com operações de derivativos	21.f	–	925	–	925
Dividendos a receber	12.b	6.700	–	–	–
Outros créditos	11	1.148	1.044	12.785	20.451
Total do ativo circulante		25.130	23.899	130.777	113.451
Não circulante					
Aplicações financeiras	8	8.301	8.794	20.567	21.790
Empréstimos com partes relacionadas	17	7.401	9.800	7.401	6.355
Depósitos judiciais	18.b	759	709	28.237	38.010
Impostos e contribuições a recuperar	10.a	–	–	27.168	26.336
Ativo fiscal diferido	28.a	–	–	3.478	4.962
Outros créditos	11	–	21	187	2.483
Outros investimentos		1	1	163	163
Total do realizável a longo prazo		16.462	19.325	87.201	100.099
Investimentos	12	310.341	298.221	219.888	209.115
Direito de uso	14.a	–	–	3.810	4.040
Imobilizado		–	–	615	530
Intangível		–	–	2.809	1.903
Total do ativo não circulante		326.803	317.546	314.323	315.687
Total do ativo		**351.933**	**341.445**	**445.100**	**429.138**

Passivo	Nota explicativa	Controladora mar/23	Controladora mar/22	Consolidado mar/23	Consolidado mar/22
Circulante					
Empréstimos	13	8.576	23.633	20.183	35.485
Salários, férias e encargos sociais a recolher	15	2.105	1.880	21.367	16.040
Participações de empregados a pagar		–	–	3.400	2.821
Fornecedores		508	–	1.837	2.128
Impostos e contribuições a recolher	16.a	42	25	8.844	2.738
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16.b	–	–	285	20
Adiantamentos de clientes	9.a	–	–	20.050	10.296
Passivo de arrendamento	14.b	–	–	1.292	1.484
Outras contas a pagar		363	531	6.313	5.532
Total do passivo circulante		11.594	26.069	83.571	76.544
Não circulante					
Empréstimos	13	16.308	–	17.680	3.137
Empréstimos com partes relacionadas	17	446	966	–	–
Impostos e contribuições a recolher	16.a	–	–	961	899
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18.a	53	135	16.691	31.574
Passivo de arrendamento	14.b	–	–	2.666	2.709
Total do passivo não circulante		16.807	1.101	37.998	38.319
Patrimônio líquido					
Capital social	19.a	187.000	187.000	187.000	187.000
Reserva de capital	19.a	(2.278)	(2.278)	(2.278)	(2.278)
Reservas de lucros	19.b	158.525	152.197	158.525	152.197
Ajustes de avaliação patrimonial	19.c	(1.925)	(4.854)	(1.925)	(4.854)
Ações em tesouraria		(17.790)	(17.790)	(17.790)	(17.790)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		323.532	314.275	323.532	314.275
Participação dos acionistas não controladores		–	–	(1)	–
Total do patrimônio líquido		323.532	314.275	323.531	314.275
Total do passivo e patrimônio líquido		**351.933**	**341.445**	**445.100**	**429.138**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial	Reserva de liquidez	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de março de 2021		187.000	(2.276)	4.139	3.620	12.020	136.691	–	(7.614)	(17.790)	315.790	1	315.791
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	(653)	–	–	(653)	(1)	(654)
Variação cambial de empresas no exterior	12.b	–	–	–	–	–	–	–	2.760	–	2.760	–	2.760
Ajuste a valor presente das transações com ações próprias		–	(2)	–	–	–	–	–	–	–	(2)	–	(2)
Dividendos AGOE 28 de setembro de 2021		–	–	–	(3.620)	–	–	–	–	–	(3.620)	–	(3.620)
Absorções:													
Constituição de reserva de liquidez item IV (a) do artigo 31 do estatuto	19.b	–	–	–	–	–	(359)	359	–	–	–	–	–
Constituição de reserva de liquidez item IV (b) do artigo 31 do estatuto	19.b	–	–	–	–	–	(294)	294	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de março de 2022		187.000	(2.278)	4.139	–	12.020	136.038	–	(4.854)	(17.790)	314.275	–	314.275
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	6.328	–	–	6.328	(1)	6.327
Variação cambial de empresas no exterior	12.b	–	–	–	–	–	–	–	2.929	–	2.929	–	2.929
Destinações:													
Constituição de reserva legal		–	–	316	–	–	–	(316)	–	–	–	–	–
Constituição de reserva de lucros a realizar		–	–	–	1.503	–	–	(1.503)	–	–	–	–	–
Constituição de reserva de liquidez item IV (a) do artigo 31 do estatuto	19.b	–	–	–	–	–	2.480	(2.480)	–	–	–	–	–
Constituição de reserva de liquidez item IV (b) do artigo 31 do estatuto	19.b	–	–	–	–	–	2.029	(2.029)	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de março de 2023		**187.000**	**(2.278)**	**4.455**	**1.503**	**12.020**	**140.547**	**–**	**(1.925)**	**(17.790)**	**323.532**	**(1)**	**323.531**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora mar/23	Controladora mar/22	Consolidado mar/23	Consolidado mar/22
Receita operacional líquida	23	–	–	223.193	145.123
Custo das vendas e dos serviços prestados	24	–	–	(180.956)	(116.381)
Lucro bruto		–	–	42.237	28.742
Despesas administrativas	25	(16.250)	(16.165)	(53.861)	(46.146)
Perdas esperadas em contas a receber e outros créditos	9	–	–	61	(395)
Outras receitas	26	3.710	–	20.080	15.426
Outras despesas	26	(596)	(464)	(11.088)	(8.767)
Equivalência patrimonial	12	22.498	14.205	9.188	249
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		9.362	(2.424)	6.617	(10.891)
Receitas financeiras	27	2.896	6.144	12.394	29.910
Despesas financeiras	27	(5.862)	(4.223)	(11.479)	(8.951)
Variações cambiais, líquidas	27	(68)	(150)	2.474	(8.600)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(3.034)	1.771	3.389	12.359
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		6.328	(653)	10.006	1.468
Imposto de renda e contribuição social correntes	28.b	–	–	(2.195)	312
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.b	–	–	(1.484)	(2.434)
Lucro (Prejuízo) do exercício		6.328	(653)	6.327	(654)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		6.328	(653)	6.328	(653)
Acionistas não controladores		–	–	(1)	(1)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora mar/23	Controladora mar/22	Consolidado mar/23	Consolidado mar/22
Lucro (Prejuízo) do exercício		6.328	(653)	6.327	(654)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado					
Operações no exterior - diferenças cambiais na conversão	12.b	2.929	2.760	2.929	2.760
Resultado abrangente total do exercício		**9.257**	**2.107**	**9.256**	**2.106**
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores		–	–	9.257	2.107
Acionistas não controladores		–	–	(1)	(1)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora mar/23	Controladora mar/22	Consolidado mar/23	Consolidado mar/22
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) do exercício		6.328	(653)	6.327	(654)
Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa:					
Equivalência patrimonial	12	(22.498)	(14.205)	(9.188)	(249)
Depreciações e amortizações e baixa de imobilizado e intangível		–	54	2.079	1.481
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.b	–	–	1.484	2.434
Imposto de renda e contribuição social correntes	28.b	–	–	2.195	(312)
Provisão (reversão) de contingências	18.a	(82)	33	(16.075)	(402)
Crédito de indébito tributário - PIS e COFINS		–	–	–	(33.256)
Provisão para valor não recuperável sobre impostos a recuperar		–	–	–	6.920
Participação de administradores e funcionários no resultado		–	–	3.400	2.821
Resultado líquido com operações de derivativos		103	(4.531)	103	(4.531)
(Reversão)/Constituição de perdas esperadas em contas a receber e outros créditos	9	–	–	(61)	395
Juros sobre empréstimos e financiamentos	13	3.754	2.300	5.430	3.635
Juros, variações monetárias e variações cambiais, líquidos		(508)	1.205	56	10.624
Perda na alienação de imobilizado e intangível		–	–	86	19
		(12.903)	(15.797)	(4.164)	(11.075)
(Aumento) redução de ativos					
Contas a receber de clientes	9	–	–	(23.810)	(11.114)
Impostos a recuperar	10	(35)	(75)	(3.049)	(1.463)
Outros créditos	11	(84)	352	10.415	13.926
Depósitos judiciais	18.b	(50)	(44)	9.773	(3.795)
Adiantamentos a fornecedores		34	(22)	(204)	(170)
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		508	–	(291)	(1.658)
Salários, férias e encargos sociais a recolher	15	225	597	5.327	5.983
Impostos a recolher	16	243	(5)	4.552	1.704
Adiantamentos de clientes	9.a	–	–	9.754	6.376
Participações de empregados a pagar		–	–	(2.821)	–
Outras contas a pagar		(168)	63	781	1.854
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais		(12.230)	(14.931)	6.263	568
Juros pagos de empréstimo	13	(3.876)	(1.931)	(5.602)	(3.046)
Imposto de renda e contribuição social pagos	16	–	–	(140)	(546)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais		**(16.106)**	**(16.862)**	**521**	**(3.024)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aumento de capital em controladas	12	–	(2.500)	–	–
Dividendos recebidos	12	1.344	18.534	1.344	4.445
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, líquidos		–	–	6.034	25.552
Aquisição de imobilizado e intangível		–	–	(1.343)	(285)
Resgate de ações em participação de coligada e controladas	12	5.263	10.784	–	–
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	17	(500)	–	(500)	–
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas	17	3.674	12.659	51	1.159
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		9.781	39.477	5.586	30.871
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de ajuste de derivativos		(1.049)	(3.944)	(1.049)	(3.944)
Recebimento de ajuste de derivativos		1.871	5.307	1.871	5.307
Pagamento de passivo de arrendamento	14.b	–	–	(2.150)	(1.142)
Pagamento de dividendos		–	(3.620)	–	(3.620)
Pagamento de empréstimos com terceiros	13	(23.089)	(10.229)	(36.222)	(14.244)
Pagamento de empréstimos captados com parte relacionada	17	(520)	(5.262)	–	–
Captação de empréstimo com terceiros	13	24.462	–	35.635	11.092
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento		1.675	(17.748)	(1.915)	(6.551)
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa		(4.650)	4.867	4.192	21.296
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		21.326	16.459	43.713	22.417
No fim do exercício		16.676	21.326	47.905	43.713
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa		(4.650)	4.867	4.192	21.296
Operações que não envolvem caixa:					
Arrendamento - CPC 06 (R2)		–	–	2.181	2.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: A Promon S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), com sede em São Paulo - Capital, é a *holding* operacional que detém participação nas entidades listadas na tabela abaixo, por meio das quais se desenvolvem os principais negócios da organização: **Promon Engenharia Ltda.,** que atua no mercado de consultoria, engenharia, gerenciamento, *digital* e soluções integradas com foco nos setores de Energia, Infraestrutura & Logística, Mineração & Metalurgia, Manufatura, Óleo & Gás e Química & Petroquímica; **Logicalis Latin America Holding S.A. ("LLAH")**, em sociedade com Logicalis Group Ltd., que atua com soluções de integração de sistemas no mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação, detendo companhias constituídas na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana e Uruguai. **Resultados operacionais:** Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração realizou avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Em 31 de março de 2023, a controladora apresentou um capital circulante líquido positivo de R$ 13.536 (R$ 2.170 negativo em 31 de março de 2022), lucro líquido de R$ 6.328 (prejuízo líquido de R$ 653 em 31 de março de 2022) e fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais de R$ 16.106 (utilizado de R$ 16.862 em 31 de março de 2022). Nas demonstrações financeiras consolidadas a Companhia apresentou um capital circulante líquido positivo de R$ 47.206 (R$ 36.907 positivo em 31 de março de 2022), lucro líquido de R$ 6.327 (prejuízo líquido de R$ 654 em 31 de março de 2022) e fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais de R$ 521 (utilizado de R$ 3.024 em 31 de março de 2022). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

2. Entidades da Promon S.A.

Empresas	País	Participação acionária 2023	Participação acionária 2022
Controladas diretas			
Promon Engenharia Ltda.(a)	Brasil	100,00%	100,00%
Promon Intelligens Estratégia e Tecnologia Ltda.	Brasil	100,00%	100,00%
Promon Tecnologia e Participações Ltda.	Brasil	100,00%	100,00%
Promon Investment Corporation	Ilhas Cayman	100,00%	100,00%
Promon International, Inc.	Ilhas Cayman	100,00%	100,00%
Controlada indireta			
São Luiz Telecomunicações Ltda.	Brasil	100,00%	99,99%
Coligada			
Logicalis Latin America Holding S.A. (LLAH)	Brasil	35,00%	35,00%

(a) As demonstrações financeiras da controlada Promon Engenharia Ltda., em 31 de março de 2023 e 2022, incluem os consórcios abaixo, cujos ativos, passivos, receitas e custos estão reconhecidos em suas demonstrações financeiras proporcionalmente à sua participação em cada um deles:

Consórcios	% de participação 2023	% de participação 2022
Consórcio SPE	40,00%	40,00%
Consórcio Niplan Promon	35,00%	35,00%
Consórcio SPS	33,30%	33,30%

3. Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Em 14 de julho de 2023 foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, quando necessário. ***Julgamento:*** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 12 - Investimento -** equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida; • **Nota explicativa nº 23 - Receita operacional líquida -** trata do reconhecimento da receita de contrato com cliente ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo. ***Incertezas sobre premissas e estimativas:*** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 8 - Aplicações financeiras -** reconhecimento e mensuração dos fundos de *private equity*; • **Nota explicativa nº 9 - Contas a receber de clientes** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação do valor esperado de perda; • **Nota explicativas nº 18 - Provisão para contingências -** reconhecimento e mensuração de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • **Nota explicativa nº 23 - Receita operacional líquida -** trata do reconhecimento da receita de contrato com cliente ao longo do tempo; • **Nota explicativa nº 28 - Imposto de renda e contribuição social** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: reconhecimento de ativos fiscais diferidos com relação às diferenças temporárias; • Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia; • Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia; • Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis); • Não houve alteração no processo de mensuração do valor justo e nos níveis de hierarquia durante os exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na **nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros. 4. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens abaixo: • Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; • Instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo; • Títulos de dívida e patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) mensurados pelo valor justo. **5. Principais políticas contábeis:** A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Base de consolidação: *Controladas:*** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. ***Participação de acionistas não controladores:*** A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. ***Perda de controle:*** Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. ***Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:*** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas e coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tem influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permita à Companhia o controle compartilhado da entidade e dá a Companhia o direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Os investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos também são contabilizados com o uso desse método. ***Transações eliminadas na consolidação:*** Na consolidação são eliminados saldos e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo. Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Moeda estrangeira: *Transações em moeda estrangeira:*** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes: • investimento em títulos patrimoniais designados a VJORA (exceto no caso de redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são transferidas para o resultado); ***Controladas no exterior:*** Os ativos, passivos e resultados de controladas são convertidos para real à taxa de câmbio na data de suas transações. ***Coligadas indiretas no exterior:*** O patrimônio líquido da coligada indireta no exterior, Promon-Logicalis Latin America Ltd. (PLLAL), é convertido mensalmente para Real à taxa de câmbio do mês da respectiva demonstração financeira. As diferenças de moeda estrangeira são reconhecidas em outros resultados abrangentes, apresentadas no patrimônio líquido e consolidadas na coligada direta Logicalis Latin America Holding S.A. (LLAH). **c. Redução ao valor recuperável de ativos:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas de crédito esperadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato. A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. A Administração revisa continuamente os valores desde o reconhecimento inicial dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na sua experiência histórica, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Sendo tais evidências identificadas é constituída provisão para redução ao valor recuperável do ativo. ***Provisões para perda esperada em contas a receber de clientes:*** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Uma das premissas que a Administração adota para avaliar que há aumento do risco de crédito de contas a receber de cliente da Companhia e de suas controladas é quando o atraso no recebimento do crédito supera 90 dias. Nesse caso, analisa a necessidade de constituição de provisão para perdas de crédito esperadas. Ademais, quando o contrato que origina o crédito está em execução, analisa a necessidade de sua suspensão. A provisão para perdas de crédito esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. ***Baixa:*** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos. ***Ativos não financeiros:*** O valor recuperável de um ativo não financeiro ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. **d. Instrumentos financeiros: *(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento, exceto quanto ao contas a receber de clientes que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, desde que o item não seja mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. A classificação dos instrumentos financeiros depende da finalidade para a qual foram adquiridos e/ou contratados, é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado - VJR ou ao custo amortizado. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** *Ativos financeiros:* Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzido de perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado, além de qualquer ganho ou perda no desreconhecimento. Essa mensuração é utilizada se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente - VJORA. *Passivos financeiros:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento:*** *Ativos financeiros:* A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. *Passivos financeiros:* A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. Também desreconhece quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(iv) Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(v) Instrumentos financeiros derivativos:*** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia e suas controladas não possuem derivativos embutidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de *hedge* de riscos cambiais relacionados a uma operação estrangeira. **e. Capital social: *Ações ordinárias:*** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. **f. Benefícios a empregados: *Planos de aposentadoria:*** Os custos associados às contribuições efetuadas pela Companhia e suas controladas aos planos de aposentadoria de contribuição definida e benefício definido são reconhecidos pelo regime de competência, sendo que as reservas necessárias para cobertura dos benefícios do plano de benefício definido são calculadas pelo método de crédito unitário projetado elaborado por atuário independente e o plano de contribuição definida pelo regime financeiro de capitalização, conforme detalhes divulgados na **Nota explicativa nº 30 - Fundação Promon de Previdência Social.** ***Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são registradas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O Estatuto da Companhia prevê a destinação de parte dos lucros aos seus funcionários. Esse passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago. **g. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se o mesmo é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. ***Como arrendatário:*** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas controladas optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia e suas controladas apresentam ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos" no balanço patrimonial. A Companhia e suas controladas reconhecem os juros sobre arrendamentos como atividades de financiamentos no seu fluxo de caixa. ***Arrendamentos de ativos de baixo valor:*** A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **h. Impostos a recuperar:** Representados principalmente por tributos e contribuições federais, atualizados a partir do exercício subsequente à sua apuração, quando houver previsão legal, e deduzidos de provisão para redução ao valor recuperável, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a prováveis perdas na sua realização, conforme demonstrado na **Nota explicativa nº 10 - Impostos e contribuições a recuperar**. **i. Imobilizado: *(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment),* quando aplicável. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. ***(iii) Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. **j. Ativos intangíveis: *(i) Reconhecimento e Mensuração:*** *Outros ativos intangíveis:* Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. ***(ii) Amortização:*** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. **k. Mensuração do Valor Justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas têm acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). **l. Operações com consórcios:** Operações com consórcios referem-se aos negócios cujas atividades são, direta ou indiretamente, controladas pela Companhia e suas controladas em conjunto com outro(s) parceiro(s) de negócio, por meio de acordos ou contratos que exijam consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais. As receitas e despesas são reconhecidas na proporção da participação da Companhia e suas controladas, assim como os ativos e passivos. **m. Receita de contratos com clientes:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transferem o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. ***Receita de serviços:*** • Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas: A Companhia e suas controladas determinaram que, para os serviços de projetos sob encomenda, o cliente controla todos os trabalhos em andamento à medida que os serviços são prestados. Isso ocorre porque, de acordo com esses contratos, os projetos/serviços são feitos de acordo com as especificações do cliente e, se um contrato for rescindido pelo cliente, a Companhia e suas controladas terão direito ao reembolso dos custos incorridos até a data, incluindo uma margem razoável. As faturas são emitidas de acordo com os termos contratuais e geralmente são pagas conforme fluxo de pagamento estabelecido em contrato. Os valores não faturados são apresentados como ativos de contrato. • Política de reconhecimento da receita: A receita e os custos associados são reconhecidos ao longo do tempo - ou seja, antes que os serviços e projetos sejam concluídos e entregues aos clientes. O andamento do serviço é determinado com base no método dos custos incorridos. No caso de a revisão de orçamento de contratos com clientes em andamento indicar resultado negativo, é constituída uma provisão da diferença entre o apropriado pelo progresso físico e a perda esperada total. **n. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de instrumentos, variações monetárias sobre ativos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros, registrados através do resultado do exercício. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros que são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao valor contábil bruto do ativo financeiro ou ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **o. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal já constituída ou ainda não formalizada, apresentada como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **p. Imposto de renda e contribuição social corrente:** A provisão para imposto de renda e contribuição social baseia-se no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável, constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. **q. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízo, perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis até o limite provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão

continua→★

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 04/08/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/08/04/PROMON1570991804082023.pdf

Hash:16910905212a944ae9d4314ec0b1e243b81b935d03

→★ continuação

Promon S.A. - CNPJ nº 05.315.149/0001-83

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS *(Em milhares de Reais)*

utilizados. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. **5.1 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Aos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia: (i) Imposto diferido a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32); não há impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. (ii) Classificação dos passivos em circulante ou não Circulante (alterações ao CPC 26 - início de vigência alterado para exercícios anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024): Devido esta norma estar sujeita a desenvolvimentos futuros, a Companhia e suas controladas não podem determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial. ***Outras normas:*** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia: • Contratos de Seguro (CPC 50); • Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26); • Definição de estimativa contábil (alterações ao CPC 23).

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	4.782	104	7.489	1.568
Certificado de Depósitos Bancários e Operações compromissadas pós-fixadas (i)	11.894	21.222	40.416	42.145
Total	16.676	21.326	47.905	43.713

(i) Correspondem a aplicações financeiras de curto prazo e liquidez imediata com remuneração média de 99,1% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de março de 2023 (97,2% em 31 de março de 2022).

7. Títulos e valores mobiliários:

	Consolidado	
	2023	2022
Money Market (i)	676	6.074
Total	676	6.074

(i) Os títulos e valores mobiliários compreendem as aplicações financeiras de curto prazo e liquidez imediata no exterior, para as quais a Administração contrata instrumentos que mitigam sua exposição cambial (Nota explicativa 27). A rentabilidade nos exercícios de 2023 e 2022 foi de 0,1% quando apurada em dólar, com a redução dos recursos anteriormente mantidos nas aplicações em moeda estrangeira e concentração em ativos com maior liquidez, e de 7,3% (16,7% em 2022) quando apurada em Reais.

8. Aplicações financeiras - Longo prazo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo não circulante				
Fundos de private equity - Pátria Infraestrutura FIP Multiestratégia - Nacional	8.301	8.794	8.301	8.794
Fundos de private equity - Patria Infrastructure Fund II - Exterior	–	–	12.266	12.996
Total	8.301	8.794	20.567	21.790

Correspondem a aplicações financeiras no Brasil e no exterior. O rendimento ponderado negativo no exercício de 2023 em Reais foi de 5,7% (negativo de 28,4% em 2022), já considerado o impacto da variação cambial para a parcela no exterior. **9. Contas a receber de clientes:** Abaixo apresentamos os saldos do contas a receber e adiantamentos de clientes, provenientes da controlada Promon Engenharia Ltda.:

	Consolidado	
	2023	2022
Contas a receber de clientes	39.064	11.994
Serviços a faturar	16.318	19.578
Provisão para perda de crédito esperada	(635)	(696)
Total	54.747	30.876

Composição dos saldos das contas a receber de clientes - a vencer e vencidos *(Aging):*

	2023	2022
A vencer	37.132	10.436
Vencidos de 1 a 30 dias	744	691
Vencidos de 31 a 60 dias	156	53
Vencidos de 61 a 90 dias	237	28
Vencidos de 91 a 180 dias	160	90
Vencidos há mais de 180 dias	635	696
Em 31 de março	**39.064**	**11.994**

Movimentação de provisão para perda de crédito esperada:	2023	2022
Saldos no início do exercício	(696)	(301)
Reversão (adição)	61	(395)
Saldos no final do exercício	(635)	(696)

a. Adiantamentos de clientes: Os adiantamentos de clientes, registrados no passivo circulante, referem-se, em sua maioria, a pagamentos efetuados pelos clientes em função de eventos contratuais e serviços a incorrer e que serão compensados até o término do projeto, sendo que tais serviços ainda não foram prestados de acordo com o progresso do projeto. O montante de adiantamento de clientes em 31 de março de 2023 é de R$ 20.050 (R$ 10.296 em 31 de março de 2022).

10. Impostos e contribuições a recuperar: a. Impostos a recuperar:

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	2023	2022	2023	2022
PIS e COFINS (i)	2.898	2.520	27.168	26.336
INSS (ii)	2.707	983	–	–
IRRF	634	728	–	–
Outros	1.695	1.645	–	–
Total	7.934	5.876	27.168	26.336

(i) Exclusão do ICMS da base de cálculo da contribuição ao PIS e COFINS. (ii) Determinadas controladas da Companhia possuem algumas ações e mandados de segurança relacionados ao direito de reaver os valores pagos a título da contribuição ao PIS e da COFINS, em função da inclusão indevida do ICMS nas suas bases de cálculo, no período compreendido entre dezembro de 2001 a dezembro de 2016. O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por maioria, em julgamento com repercussão geral no dia 13 de maio de 2021, pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, definindo ainda a modulação dos efeitos da decisão a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral, quando do julgamento do recurso extraordinário (RE) 574.706, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que foi proferido o julgamento. O estabelecido nessa decisão também esclareceu que a tese trata do ICMS destacado em nota fiscal. Diante da decisão do STF, determinadas controladas da Companhia reconheceram, no exercício findo em 31 de março de 2022, o indébito tributário de R$ 33.256 na rubrica de Impostos a recuperar, sendo R$ 13.925 a título de recuperação de impostos registrado na rubrica de Outras receitas e R$ 19.331 a título de atualização monetária, registrado na rubrica de Receitas financeiras. No exercício findo em 31 de março de 2023, o saldo do indébito tributário é de R$ 34.273 (R$ 33.256 em 31 de março de 2022). As controladas da Companhia, junto a seus assessores tributários, atualizaram a provisão parcial dos valores potencialmente não recuperáveis para o montante de R$ 7.105 (R$ 6.920 em 31 de março de 2022), totalizando um indébito tributário líquido de R$ 27.168 (R$ 26.336 em 31 de março de 2022). Em 2023 não houve compensação desses impostos. Sobre o montante de recuperação de impostos foi reconhecido passivo fiscal diferido de R$ 4.628 conforme Nota explicativa 28a. e PIS e COFINS a recolher de R$ 961, conforme Nota explicativa 16a.

Composição do crédito de PIS e COFINS:	2023	2022
Crédito de PIS e COFINS (nota 26)	13.613	13.925
Atualização do crédito de PIS e COFINS (nota 27)	20.660	19.331
Total do crédito de PIS e COFINS	**34.273**	**33.256**
Provisão do crédito não realizável (nota 26)	(7.105)	(6.920)
Total do imposto a recuperar contabilizado no ativo não circulante	**27.168**	**26.336**

(ii) Os fatores de FAP adotados para o recolhimento do SAT são aqueles atribuídos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social. A Companhia e sua controlada Promon Engenharia Ltda. apresentaram impugnação administrativa em relação aos FAPs atribuídos e aguardam decisão da impugnação administrativa acatando o recurso (impostos a recuperar - FAP).

b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar:

	Consolidado	
	2023	2022
IRPJ e CSLL (i)	5.924	4.934
Total	5.924	4.934

Movimentação do Imposto de renda e contribuição social a recuperar:

Saldos em 31 de março de 2022	**4.934**
Constituição referente ano-calendário 2022	1.580
Constituição referente ano-calendário 2023	648
Compensações Perdcomp	(1.934)
Atualização monetária (Selic)	405
Antecipações	140
Transferência saldo negativo ano-calendário 2022	151
Saldos em 31 de março de 2023	**5.924**

(i) Os créditos de tributos e contribuições federais podem ser utilizados para compensação de débitos, vencidos ou vincendos, de mesma natureza.

11. Outros créditos:

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2023	2022	2023	2022
Contas a receber da Fundação Promon (i)	–	7.766	–	21
Créditos de preço contratual (Trópico) (ii)	686	–	–	–
Seguros e Garantias (iii)	7.307	8.544	–	–
Outras despesas antecipadas (iv)	3.480	3.061	–	–
Créditos de processos tributários (Federais)	–	–	167	1.808
Transações com consorciadas (v)	1.188	992	–	–
Outros	124	88	20	654
Total	12.785	20.451	187	2.483

(i) A Fundação Promon, em decorrência de resultados recorrentes de superávit, realizou a reversão de contribuições aos patrocinadores e assistidos conforme exigência legal. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC aprovou a reversão dos valores em 3 de março de 2020 através da publicação, no Diário Oficial da União, da portaria nº 161 de 27 de fevereiro de 2020. Tais valores haviam sido reconhecidos pela Companhia em exercícios anteriores, e, em 31 de março de 2023, o saldo residual a receber da Fundação Promon foi liquidado (R$ 7.766 em 31 de março de 2022). Nas demonstrações de resultados do exercício findo em 31 de março de 2023 foi reconhecida uma atualização monetária no montante de R$ 1.338 (R$ 588 em 31 de março de 2022). (ii) Acordo celebrado entre a Fundação CPqD e a Companhia, decorrente do ajuste de preço de venda da totalidade das ações detidas pela Companhia na Trópico S/A em 23 de setembro de 2014. O valor total apurado a receber foi de R$ 3.933, sendo que R$ 2.667 foi recebido em 07 de outubro de 2022, R$ 500 em 25 de janeiro de 2023, R$ 100 em 27 de fevereiro de 2023 e R$ 5 em 27 de março de 2023. O saldo remanescente atualizado de R$ 686 será recebido até dezembro de 2023. (iii) Contratação de seguro garantia judicial, como alternativa ao depósito judicial para assegurar o cumprimento de processos em fase de discussão judicial de suas controladas. (iv) Despesas antecipadas com assinaturas de softwares e IPTU. (v) Transações com consorciadas da controlada Promon Engenharia Ltda.

12. Investimentos em controladas e coligadas: a. Principais dados dos investimentos da controladora em 31 de março de 2023 e 2022:

	Investimentos		Saldos em 31 de março de 2023		Resultado do exercício findo em 31 de março de 2023		Participação - %	
	31.03.2023	31.03.2022	Patrimônio líquido	Capital social	Lucro (prejuízo) do exercício	Equivalência Patrimonial	Direta	Consolidada
Empresas controladas:								
Promon Engenharia Ltda.	34.685	29.122	34.685	32.483	5.563	5.563	100,00%	100,00%
Promon Tecnologia e Participações Ltda.	23.168	23.692	23.168	4.911	6.176	6.176	100,00%	100,00%
Promon Intelligens Estratégia e Tecnologia Ltda.	18.209	16.392	18.209	3.466	1.817	1.817	100,00%	100,00%
Promon International,Inc	853	857	853	244	(4)	(4)	100,00%	100,00%
Promon Investment Corporation	13.538	19.043	13.538	16.998	(242)	(242)	100,00%	100,00%
Empresas coligadas:								
Logicalis Latin América Holding S.A. (LLAH)	214.990	204.217	614.257	560.851	26.252	9.188	35,0%	35,0%
Ágio (Goodwill) - PLLAL	4.898	4.898	–	–	–	–	–	–
Total dos investimentos	**310.341**	**298.221**	**–**	**–**	**–**	**22.498**	**–**	**–**

	Investimentos		Saldos em 31 de março de 2022		Resultado do exercício findo em 31 de março de 2022		Participação - %	
	31.03.2022	31.03.2021	Patrimônio líquido	Capital social	Lucro (prejuízo) do exercício	Equivalência Patrimonial	Direta	Consolidada
Empresas controladas:								
Promon Engenharia Ltda.	29.122	19.499	29.122	32.483	7.123	7.123	100,00%	100,00%
Promon Tecnologia e Participações Ltda.	23.692	21.223	23.693	4.911	2.469	2.469	100,00%	100,00%
Promon Intelligens Estratégia e Tecnologia Ltda.	16.392	2.486	16.392	3.466	13.906	13.906	100,00%	100,00%
Promon International,Inc	857	16.418	857	244	(1.472)	(1.472)	100,00%	100,00%
Promon Investment Corporation	19.043	37.897	19.043	2.506	(8.070)	(8.070)	100,00%	100,00%
Empresas coligadas:								
Logicalis Latin América Holding S.A. (LLAH)	204.217	205.653	583.580	485.853	711	249	35%	35%
Ágio (Goodwill) - PLLAL	4.898	4.898	–	–	–	–	–	–
Mais valia de ativos líquidos - PLLAL	–	54	–	–	–	–	–	–
Total dos investimentos	**298.221**	**308.128**	**–**	**–**	**–**	**14.205**	**–**	**–**

b. Movimentação dos saldos dos investimentos da controladora:

	31.03.2022	Aumento de capital	Resgate de ações	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Amortização de mais-valia	Dividendos	31.03.2023
Empresas controladas:								
Promon Engenharia Ltda.	29.122	–		5.563	–	–	–	34.685
Promon Tecnologia e Participações Ltda.	23.692	–		6.176	–	–	(6.700)	23.168
Promon Intelligens Estratégia e Tecnologia Ltda.	16.392	–		1.817	–	–	–	18.209
Promon International, Inc.	857	–		(4)	–	–	–	853
Promon Investment Corporation	19.043	–	(5.263)	(242)	–	–	–	13.538
Empresas coligadas:								
Logicalis Latin America Holding S.A. (LLAH)	204.217	–	–	9.188	2.929	–	(1.344)	214.990
Ágio (Goodwill) - PLLAL	4.898	–	–	–	–	–	–	4.898
Total	**298.221**	**–**	**(5.263)**	**22.498**	**2.929**	**–**	**(8.044)**	**310.341**

	31.03.2021	Aumento de capital	Resgate de ações	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Amortização de mais-valia	Dividendos	31.03.2022
Empresas controladas:								
Promon Engenharia Ltda.	19.499	2.500	–	7.123	–	–	–	29.122
Promon Tecnologia e Participações Ltda.	21.223	–	–	2.469	–	–	–	23.692
Promon Intelligens Estratégia e Tecnologia Ltda.	2.486	–	–	13.906	–	–	–	16.392
Promon International, Inc.	16.418	–	–	(1.472)	–	–	(14.089)	857
Promon Investment Corporation	37.897	–	(10.784)	(8.070)	–	–	–	19.043
Empresas coligadas:								
Logicalis Latin America Holding S.A. (LLAH)	205.653	–	–	249	2.760	–	(4.445)	204.217
Ágio (Goodwill) - PLLAL	4.952	–	–	–	–	(54)	–	4.898
Total	**308.128**	**2.500**	**(10.784)**	**14.205**	**2.760**	**(54)**	**(18.534)**	**298.221**

c. Composição dos investimentos apresentados nos balanços patrimoniais consolidados em 31 de março de 2023 e 2022:

	Investimentos		Equivalência patrimonial	
	2023	2022	2023	2022
Logicalis Latin America Holding S.A. (LLAH)	214.990	204.217	9.188	249
Ágio (Goodwill) - PLLAL	4.898	4.898	–	–
	219.888	**209.115**	**9.188**	**249**

d. Demonstração resumida dos saldos das controladas diretas e coligadas:

31/03/2023	Ativo		Passivo		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido
Controladas diretas e indiretas					
Promon Engenharia Ltda.	77.139	47.241	71.754	17.941	34.685
Promon Tecnologia e Participações Ltda.	14.760	18.796	7.324	3.064	23.168
Promon Intelligens Estratégia e Tecnologia Ltda.	2.373	19.243	2	3.405	18.209
Promon International, Inc.	848	5	–	–	854
Promon Investment Corporation	13.584	–	46	–	13.538
São Luiz Telecomunicações Ltda.	23.673	2.619	7.050	903	18.339
Coligada					
Logicalis Latin América Holding S.A. (LLAH)	479	647.559	33.781	–	614.257

31/03/2022	Ativo		Passivo		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido
Controladas diretas e indiretas					
Promon Engenharia Ltda.	64.562	57.931	50.330	43.041	29.122
Promon Tecnologia e Participações Ltda.	10.649	24.649	403	11.203	23.692
Promon Intelligens Estratégia e Tecnologia Ltda.	2.480	19.283	1	5.370	16.392
Promon International, Inc.	852	5	–	–	857
Promon Investment Corporation	19.085	–	42	–	19.043
São Luiz Telecomunicações Ltda.	7.705	17.780	21	891	24.573
Coligada					
Logicalis Latin América Holding S.A. (LLAH)	1.510.915	226.978	1.143.679	10.635	583.580

e. Teste de i*mpairment* do ágio: Em 31 de março de 2023 e 2022, foram efetuados testes de recuperação, resultando em comprovação do retorno econômico sobre os ativos operacionais, incluindo o ágio.

13. Empréstimos e financiamentos:

Moeda nacional	Juros (a.m.)	Vencimento	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Empréstimo Bradesco (i)	128% do CDI	01/2023	–	23.633	–	23.633
Empréstimo Daycoval (ii)	0,90%	08/2024	–	–	2.386	3.861
Empréstimo Daycoval (iii)	0,91%	11/2023	–	–	738	1.749
Empréstimo ABC (iv)	CDI + 0,44%	03/2023	–	–	–	4.653
Empréstimo Daycoval (v)	CDI + 0,50%	12/2022	–	–	–	4.726
Empréstimo Daycoval (vi)	CDI + 0,54% a.m.	01/2025	24.884	–	24.884	–
Empréstimo Daycoval (vii)	CDI + 0,53% a.m.	12/2023	–	–	4.755	–
Empréstimo ABC (viii)	CDI + 0,43% a.m.	04/2024	–	–	5.100	–
Total			24.884	23.633	37.863	38.622
Circulante			8.576	23.633	20.183	35.485
Não circulante			16.308	–	17.680	3.137

(i) Em fevereiro de 2015 a Companhia contratou junto ao Banco Bradesco o montante de R$ 50.000, em moeda nacional, com custo equivalente a 128% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Este empréstimo foi quitado em abril de 2022 e possuía as seguintes garantias e covenants: *Garantias:* (i) cessão fiduciária de cotas e rendimentos do fundo Promon Fundo de Investimento em Quotas de Fundo de Investimento Multimercado; (ii) "pledge" sobre as cotas e rendimentos do fundo Pátria Infrastructure Fund II, LP; (iii) "pledge" sobre eventual parcela de preço contingente que venha a ser recebida em razão da venda de participação na P2 Brasil Holding Ltd. e P2 Brasil Infrastructure General Partner II Ltd., limitada a R$ 50 milhões; sendo que os instrumentos de garantias mencionados anteriormente contêm cláusula de "cash sweep" (amortização antecipada); e (iv) cessão fiduciária de direitos creditórios sobre dividendos que venham a ser pagos pela Promon-Logicalis Latin America Limited, em caso de inadimplência perante o credor. *Covenants:* os contratos financeiros vigentes celebrados pela Companhia preveem cláusulas usuais de vencimento antecipado. A Companhia monitora constantemente o cumprimento das referidas obrigações, sendo as principais: comprovação de caixa e equivalente de caixa consolidado no valor mínimo de R$ 10.000 e limite de endividamento total consolidado que não exceda o montante de R$ 50.000 além do valor principal do empréstimo originalmente contratado pela Controladora junto ao Banco Bradesco. Não foi identificado nenhum evento de não conformidade no exercício. (ii) Em agosto de 2020 a controlada Promon Engenharia Ltda. contratou junto ao Banco Daycoval o montante de R$ 5.256, com vencimento em agosto de 2024 ao custo de 11,35% a.a., garantia do Fundo Garantidor para Investimentos ("FGI") correspondente a 80% do valor do crédito e aval complementar da Promon S.A. (iii) Em novembro de 2020 a controlada Promon Engenharia Ltda. contratou junto ao Banco Daycoval o montante de R$ 2.502, com vencimento em novembro de 2023 ao custo de 11,48% a.a., garantia do Fundo Garantidor para Investimentos ("FGI") correspondente a 80% do valor do crédito e aval complementar da Promon S.A. (iv) Em setembro de 2021 a controlada Promon Engenharia Ltda. contratou junto ao Banco ABC o montante de R$ 5.000, com vencimento em março de 2023 ao custo de CDI + 0,44% a.m. (v) Em dezembro de 2021 a controlada Promon Engenharia Ltda. contratou junto ao Banco Daycoval o montante de R$ 6.091, com vencimento em dezembro de 2022 ao custo de CDI + 0,50% a.m. (vi) Em abril de 2022 a Companhia contratou junto ao Banco Daycoval o montante de R$ 24.462, com vencimento em janeiro de 2025 ao custo de CDI + 0,539% a.m. O valor foi utilizado para a liquidação integral antecipada da dívida anteriormente contratada pela Companhia junto ao Bradesco em fevereiro de 2015. O empréstimo contratado junto ao Daycoval contém as seguintes garantias: (i) cessão fiduciária de cotas e rendimentos do fundo Promon Fundo de Investimentos em Quotas de Fundo de Investimento Multimercado; (ii) cessão fiduciária de aplicação financeira (CDB); (iii) "pledge" sobre as cotas e rendimentos do fundo Patria Infrastructure Fund, L.P.; (vii) Em dezembro de 2022 a controlada Promon Engenharia Ltda. contratou junto ao Banco Daycoval o montante de R$ 6.073, com vencimento em dezembro de 2023 ao custo de CDI + 0,53% a.m. (viii) Em fevereiro de 2023 a controlada Promon Engenharia Ltda. contratou junto ao Banco ABC o montante de R$ 5.100, com vencimento em abril de 2024 ao custo de CDI + 0,43% a.m. **Cláusulas restritivas:** Apesar de não conter cláusulas restritivas atrelados a índices financeiros, os contratos financeiros vigentes celebrados pela Companhia e suas controladas preveem cláusulas usuais de vencimento antecipado. A Companhia monitora constantemente o cumprimento das referidas obrigações e não identificou nenhum evento de não conformidade no exercício. **Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:**

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de março de 2022	**23.633**	**38.622**
Captações	24.462	35.635
Pagamento principal	(23.089)	(36.222)
Pagamento de juros	(3.876)	(5.602)
Juros apropriados no resultado	3.754	5.430
Saldos em 31 de março de 2023	**24.884**	**37.863**

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de março de 2021	**33.493**	**41.185**
Captações	–	11.092
Pagamento principal	(10.229)	(14.244)
Pagamento de juros	(1.931)	(3.046)
Juros apropriados no resultado	2.300	3.635
Saldos em 31 de março de 2022	**23.633**	**38.622**

14. Arrendamentos: A controlada Promon Engenharia Ltda. arrenda um imóvel não residencial. O arrendamento normalmente é acordado para um prazo de dez anos, com opção de renovação após este período, sendo que o contrato atual foi renovado com novo término previsto para outubro de 2023, cuja renovação ainda está em discussão. As parcelas de arrendamento são reajustadas monetariamente a cada cinco anos, para refletir os valores de mercado. O arrendamento prevê reajuste anual do valor do aluguel, baseado em alterações do índice geral de preços. Ao mensurar os passivos de arrendamento, a referida controlada descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental. A taxa média de desconto utilizada, em 31 de março de 2023, foi de 1,47% a.m. (0,35% a.m. em 31 de março de 2022). A partir de setembro de 2021, a referida controlada arrendou contratos de leasing referentes a aluguéis de computadores e softwares. Os arrendamentos foram acordados para um prazo de cinco anos. Ao mensurar os passivos de arrendamento classificados como operacionais, a controlada descontou os pagamentos de arrendamento utilizando uma taxa média de desconto, em 31 de março de 2023, de 1,47% a.m. (0,49% a.m. em 31 de março de 2022). As informações sobre arrendamentos nos quais a controlada Promon Engenharia Ltda. é a arrendatária são apresentadas abaixo:

a. Movimentação do ativo de direito de uso:	2023	2022
Saldo do ativo de direito de uso no início do exercício	4.040	2.309
Despesa de depreciação no exercício	(1.812)	(1.167)
Reavaliação da taxa de desconto	(599)	–
Adição de ativos de direito de uso	2.181	2.898
Saldo do ativo de direito de uso no final do exercício	**3.810**	**4.040**

b. Movimentação do passivo de arrendamento:	2023	2022
Saldos no início do exercício	4.193	2.309
Adição - reajuste do aluguel	70	97
Adição - contratos de leasing	2.111	2.801
Reavaliação da taxa de desconto	(743)	–
Juros	477	128
Pagamentos	(2.150)	(1.142)
Saldos no final do exercício	**3.958**	**4.193**
Circulante	1.292	1.484
Não circulante	2.666	2.709

O fluxo nominal (não descontado) dos contratos de arrendamento, por vencimento, é apresentado a seguir:

Maturidade dos contratos	
Vencimento em:	
2024	1.863
2025	1.190
2026	1.190
2027	932
2028	118
Total valores não descontados	5.293
Juros embutidos	(1.335)
Em 31 de março de 2023	**3.958**

Maturidade dos contratos	
Vencimento em:	
2023	1.669
2024	1.212
2025	645
2026	644
2027	451
Total valores não descontados	4.621
Juros embutidos	(428)
Em 31 de março de 2022	**4.193**

No exercício findo em 31 de março de 2023, a controlada Promon Engenharia Ltda. reconheceu despesas com arrendamentos operacionais no montante de R$ 744 (R$ 691 em 2022) correspondente aos contratos que não atenderam os critérios do CPC 06 (R2).

15. Salários, férias e encargos sociais a recolher:

	Consolidado	
	2023	2022
Provisão de férias	11.525	9.067
Provisão de 13º salário	1.734	1.393
Imposto de renda sobre salários	855	829
Salários a pagar	284	284
Bônus a pagar	358	323
INSS	1.543	986
INSS sobre terceiros (i)	4.516	2.357
FGTS	439	403
Outros	113	398
	21.367	16.040

(i) Em junho de 2020 a controlada Promon Engenharia Ltda. entrou com um mandado de segurança cível (Nº 5010257-12.2020.4.03.6100), com pedido liminar, para que as contribuições destinadas a terceiros fossem limitadas a 20 (vinte) salários-mínimos. Essa medida foi concedida parcialmente, determinando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente à diferença entre a cobrança das contribuições parafiscais destinadas a terceiros (INCRA, SEBRAE, SESI e SENAI) calculada sobre o valor total da folha de salários e aquela calculada considerando a correta aplicação da base de cálculo com a limitação ao valor de 20 (vinte) salários-mínimos vigentes ao tempo do fato gerador para sua apuração. Não foi concedida liminar para suspender a exigibilidade do salário educação.

16. Impostos e contribuições a recolher: a. Impostos a recolher:

	Consolidado Circulante		Consolidado Não circulante	
	2023	2022	2023	2022
PIS e COFINS (i)	1.997	1.545	961	899
Litígio Zero (ii)	5.917	–	–	–
ISS (iii)	865	1.099	–	–
Outros	65	94	–	–
Total	8.844	2.738	961	899

(i) O montante registrado no não circulante de R$ 961 (R$ 899 em 31 de março de 2022) é devido ao registro realizado da exclusão do PIS e COFINS da base de cálculo do ICMS. Para maiores explicações, **vide Nota explicativa 10.a.** (ii) Adesão de 2 (dois) processos administrativos ao Programa Litígio Zero da Receita Federal do Brasil, pela controlada Promon Engenharia Ltda., em nove parcelas com previsão de pagamento final em novembro de 2023. (iii) ISS a recolher proveniente da controlada Promon Engenharia Ltda.

b. Imposto de renda e contribuição social a recolher:

	Consolidado	
	2023	2022
IRPJ e CSLL	285	20
Total	285	20

17. Partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2023 e 2022 decorrem de transações da Companhia com suas controladas, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo não circulante				
Empréstimos com partes relacionadas				
Promon Engenharia Ltda. (i)	–	3.445	–	–
Promon Empr. e Participações S.A. (ii)	7.401	6.355	7.401	6.355
Total	**7.401**	**9.800**	**7.401**	**6.355**
Passivo não circulante				
Empréstimos com partes relacionadas				
Promon Tecnologia e Participações Ltda. (iii)	446	966	–	–
Total	**446**	**966**	**–**	**–**

(i) Mútuo com prazo determinado remunerado a 128% do CDI. No exercício findo em 31 de março de 2023, foi gerada receita financeira de R$ 232 (R$ 1.116 em 2022), a qual foi eliminada nas demonstrações consolidadas. O mútuo foi liquidado em 31 de outubro de 2022. (ii) Mútuo com saldo devedor remunerado a 128% do CDI. No exercício findo em 31 de março de 2023, foi gerada receita financeira de R$ 770 (R$ 501 em 2022). (iii) Mútuo com prazo determinado remunerado a 128% do CDI. No exercício findo em 31 de março de 2023, não houve despesa financeira (R$ 127 em 2022), a qual foi eliminada nas demonstrações consolidadas.

Movimentação de partes relacionadas:

	Ativo não circulante	
	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de março de 2022	**9.800**	**6.355**
Empréstimos concedidos	500	500
Provisão de juros no resultado	1.001	770
IR sobre juros	(226)	(173)
Recebimento de principal	(3.674)	(51)
Saldos em 31 de março de 2023	**7.401**	**7.401**

	Ativo não circulante	
	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de março de 2021	**21.205**	**7.126**
Provisão de juros no resultado	1.254	388
Recebimento de principal	(12.659)	(1.159)
Saldos em 31 de março de 2022	**9.800**	**6.355**

	Passivo não circulante	
	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de março de 2022	**966**	**–**
Pagamento de principal	(520)	–
Saldos em 31 de março de 2023	**446**	**–**

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de março de 2021	**6.060**	**–**
Pagamento de principal	(5.262)	–
Provisão de juros no resultado	168	–
Saldos em 31 de março de 2022	**966**	**–**

18. Provisão para contingências: a. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	Consolidado	
	2023	2022
Tributários	6.061	20.060
Trabalhistas	149	1.290
Cíveis	7.939	8.998
Trabalhistas de consórcios	2.542	1.226
Total	**16.691**	**31.574**

Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	Saldos em 2022	Adição	Reversão	Atualização	Saldos em 2023
Tributários	20.060	9	(14.115)	107	6.061
Trabalhistas	1.290	61	(1.209)	7	149
Cíveis	8.998	–	(1.471)	412	7.939
Trabalhistas de consórcios	1.226	1.720	(1.070)	666	2.542
Total	**31.574**	**1.790**	**(17.865)**	**1.192**	**16.691**

	Saldos em 2021	Adição	Reversão	Atualização	Saldos em 2022
Tributários	23.174	–	(3.219)	105	20.060
Trabalhistas	1.342	–	(52)	–	1.290
Cíveis	6.310	2.653	–	35	8.998
Trabalhistas de consórcios	1.150	–	–	76	1.226
Total	**31.976**	**2.653**	**(3.271)**	**216**	**31.574**

A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos externos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir prováveis perdas nos processos de natureza cível, trabalhista e tributária em discussão pela Companhia e suas controladas. As questões de natureza tributária, cível e trabalhista que, com base na avaliação dos assessores jurídicos externos e seguindo critérios definidos pela Administração, são consideradas de risco de perda "possível", perfazem o montante de R$ 841.536 (R$ 787.393 em 2022), correspondentes a 42 (43 em 2022) processos. Tal montante divide-se em R$ 194.762 (R$ 195.700 em 2022) para demandas administrativas e judiciais de natureza tributária, referentes a 34 (37 em 2022) processos; R$ 646.245 (R$ 591.663 em 2022) para demandas cíveis, referentes a 7 (5 em 2022) processos e R$ 529 (R$ 30 em 2022) para questões trabalhistas, referentes a 1 (1 em 2022) processos. Para essas questões nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. O total apresentado de R$ 841.536 (perda possível), representa o montante consolidado (controladora e controladas), sendo que a controladora Promon S.A. possui apenas 3 processos de natureza tributária, de valores não materiais que somam R$ 428 (perda possível), já incluídos neste total. ***Principais processos de natureza cível da controlada Promon Engenharia Ltda.:*** Há em andamento quatro processos administrativos perante o Tribunal de Contas da União - TCU com a finalidade de apurar a economicidade de contratos executados por consórcios dos quais a controlada Promon Engenharia Ltda. fez parte. Para esses processos nenhuma provisão foi constituída. Segundo a avaliação dos assessores jurídicos, não é possível no momento fazer qualquer estimativa de valor de perda para dois desses processos, visto que a metodologia de cálculo proposta pelo TCU é nova e os processos estão ainda em fase preliminar. Com relação ao terceiro processo, que se encontra atualmente em fase de recurso com efeito suspensivo, o TCU adotou metodologia baseada em estimativas econométricas, não comprovada para este tipo de análise, sendo que, com base em avaliação dos assessores jurídicos externos, pode vir a representar como risco de perda possível o montante de R$ 218 milhões (R$ 206 milhões em 2022), já incluído no valor total apresentado nesta nota explicativa. Já com relação ao quarto processo, foi proferida decisão de primeira instância administrativa pelo TCU apurando a economicidade do contrato com base em referenciais de preço que não refletem a integralidade dos insumos e as exigências contratuais. Encontram-se pendentes de julgamento Embargos de Declaração apresentados pela controlada Promon Engenharia Ltda. contra tal decisão. Da decisão a ser proferida, cabe recurso com efeito suspensivo. Com base em avaliação dos assessores jurídicos externos, o processo pode representar risco de perda possível no montante de R$ 426 milhões (R$ 384 milhões em 2022), já incluído no valor total apresentado nesta nota explicativa. Trata-se de processos administrativos cuja decisão final depende de ação judicial para sua execução, podendo também ser questionada judicialmente. Em dezembro de 2015, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) instaurou processo administrativo de natureza concorrencial contra oitenta pessoas físicas e jurídicas, dentre as quais a Promon Engenharia Ltda., visando investigar eventuais condutas passíveis de constituir infração à ordem econômica. A controlada Promon Engenharia Ltda. apresentou sua defesa tempestivamente e o processo encontra-se pendente de julgamento. De acordo com a Lei 12.529/11, que regulamenta referido processo, eventuais penalidades que possam advir do mesmo podem variar entre 0,1% e 20% do faturamento bruto no ano anterior ao de instauração do processo (2014), equivalendo, em 31 de março de 2023, aos valores de R$ 356 mil a R$ 71 milhões (R$ 240 mil a R$ 55 milhões em 2022). Para este processo nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que, segundo a avaliação dos assessores jurídicos, nesta fase, não há como saber se haverá condenação e, se houver, qual o percentual da multa. **b. Depósitos judiciais:** O saldo de depósitos judiciais mantidos no ativo não circulante refere-se aos processos cuja probabilidade de perda da ação é possível ou remota e, portanto, não há provisão para contingência constituída. O saldo é composto por:

	Consolidado	
	2023	2022
Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) (i)	16.981	16.279
Fator Acidentário de Prevenção (FAP) (ii)	4.599	4.599
Fiscal (iii)	6.018	9.050
Cível (iv)	–	7.749
Trabalhista	117	162
Outras	522	171
Total	**28.237**	**38.010**

(i) Depósitos mensais para garantir ações que objetivam declarar a ilegalidade e a inconstitucionalidade da alteração do enquadramento do risco da atividade da Companhia e da sua controlada Promon Engenharia Ltda. (CNAE) para fins de recolhimento do SAT. Não houve atualização do processo durante o ano de 2023. (ii) Depósitos para garantir ações da controlada Promon Engenharia Ltda. que visam reconhecer a nulidade do FAP por erros em sua apuração. Não houve atualização do processo durante o ano de 2023. (iii) Depósito para garantir ação de natureza tributária do Estado do Rio de Janeiro sobre o processo 0000832-80.2019.8.19.0028 do consórcio SPS onde a controlada Promon Engenharia Ltda. tem participação de 33,30% (R$ 5.962 em 31 de março de 2023 e 2022). (b) Em 28.10.2022 foi levantando o depósito efetuado no processo 0004936-96.2011.4.03.6100 da controlada Promon Engenharia Ltda. no valor de R$ 5.521, sendo R$ 2.740 a título de recuperação do depósito judicial e R$ 2.781 a título de atualização monetária registrado na rubrica de Receitas Financeiras (**Nota explicativa 27**). (iv) Depósitos para garantir cautelarmente a ação civil pública movida pela Advocacia Geral da União contra a Odebrecht, agentes públicos e empresas que atuaram como consorciadas da Odebrecht. Em 2021 foi proferida pelo TRF4 decisão para cancelar a indisponibilidade de bens da controlada Promon Engenharia Ltda. O valor total levantado em 07 de junho de 2022 foi de R$8.436, sendo R$ 7.749 a título de recuperação do depósito judicial e R$ 687 a título de atualização monetária registrado na rubrica de receitas financeiras (**Nota explicativa 27**). **19. Patrimônio líquido: a. Capital social e reserva de capital:** Em 31 de março de 2023 e 2022, o capital social é de R$ 187.000, composto por 130.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, sendo 81.843.591 ações pertencentes à Promon Empreendimentos e Participações S.A., 40.012.013 ações pertencentes a acionistas pessoas físicas e 8.144.396 ações em tesouraria. ***Reserva de capital:*** Refere-se ao prejuízo na alienação de ações próprias, constituído em exercícios anteriores a 2016, cujo saldo permanece em 31 de março de 2023 com montante negativo de R$ 2.278. **b. Reserva de lucros:** ***Reserva legal:*** Reserva constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76. Pode ser utilizada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos. Em 31 de março de 2023, o saldo é R$ 4.455 (R$ 4.139 em 31 de março de 2022). ***Reserva especial:*** Reserva constituída em exercícios anteriores, conforme artigo 202 § 4º da Lei nº 6.404/76, com saldo de R$ 12.020 em 31 de março de 2023 e 2022, correspondente ao valor dos respectivos dividendos mínimos obrigatórios. ***Reserva de lucros a realizar:*** A reserva de lucros a realizar poderá ser constituída na hipótese prevista no artigo 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de março de 2023, foi apropriado à reserva de lucros a realizar o montante de R$ 1.503 correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios. ***Reserva de liquidez:*** Reserva estatutária destinada (i) a dar flexibilidade à Companhia para atendimento de obrigações de curto prazo que exijam disponibilidade de caixa, inclusive para aquisição das próprias ações e para amortização de dívidas da Companhia, bem como (ii) à realização de investimentos em bens do ativo permanente e reforço do capital de giro da Companhia. Essa reserva é composta por a) parcela correspondente ao montante de até 55% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, após a dedução das cotas destinadas à formação das reservas mencionadas nos incisos I e II do artigo 31 do estatuto social, conforme inciso IV (a) do mesmo artigo; e b) parcela referente ao resultado positivo do ajuste de equivalência patrimonial de investimentos em coligadas que exceder o valor dos dividendos delas recebidos nos respectivos exercícios, conforme descrito no inciso IV (b) do artigo 31 do estatuto social da Companhia. Os saldos em 31 de março de 2023 eram, respectivamente, R$ 118.315 (R$ 115.836 em 2022), e R$ 22.232 (R$ 20.203 em 2022), totalizando R$ 140.547 (R$ 136.038 em 2022). O saldo da

continua→★

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 04/08/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/08/04/PROMON1570991804082023.pdf

Hash:16910905212a944ae9d4314ec0b1e243b81b935d03

→ continuação

Promon S.A. - CNPJ nº 05.315.149/0001-83

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS *(Em milhares de Reais)*

reserva de liquidez poderá ser utilizado para distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, pela Administração "*ad referendum* da Assembleia Geral", para aumentar o capital social ou para absorção de prejuízos. **c. Ajustes de avaliação patrimonial:** O valor apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2023 e 2022 da Companhia é resultado do efeito da variação cambial decorrente da conversão das demonstrações financeiras de sua coligada indireta PLLAL (Promon-Logicalis Latin America Ltd.), nas demonstrações financeiras consolidadas na holding LLAH (Logicalis Latin America Holding S.A.) - sociedade em que a Promon S.A. detém participação direta. **20. Gerenciamento de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar o seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade com estrutura de capital adequada. O caixa líquido da Companhia consolidado em 31 de março de 2023 e 2022, podem ser assim sumarizados:

	2023	2022
Total do passivo	121.569	114.863
Caixa e equivalente de caixa	(47.905)	(43.713)
Títulos e valores mobiliários	(676)	(6.074)
Dívida líquida	**72.988**	**65.076**
Total do patrimônio líquido	**323.531**	**314.275**
Índice de alavancagem	**0,23**	**0,20**

21. Instrumentos financeiros: a. Identificação dos principais Instrumentos financeiros: A tabela a seguir apresenta a classificação dos ativos e passivos financeiros e a respectiva hierarquia do valor justo dos ativos. Não estão sendo apresentados o valor justo dos ativos e passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado e para os classificados ao custo amortizado em função dos valores contábeis estarem com uma aproximação razoável.

Em 31 de março de 2023:	Valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros a custo amortizado	Total	Valor justo Nível 2
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	–	7.489	–	7.489	–
Aplicação financeira	40.416	–	–	40.416	40.416
Aplicação financeira - longo prazo	20.567	–	–	20.567	20.567
Títulos e valores mobiliários	676	–	–	676	676
Contas a receber	–	54.747	–	54.747	–
Empréstimos com partes relacionadas	–	7.401	–	7.401	–
Outros recebíveis (i)	–	2.184	–	2.184	–
	61.659	**71.821**	**–**	**133.479**	**61.659**
Passivos					
Empréstimos	–	–	37.863	37.863	37.902
Fornecedores	–	–	1.837	1.837	–
Arrendamentos	–	–	3.958	3.958	–
Outras contas a pagar	–	–	6.312	6.312	–
	–	**–**	**49.970**	**49.970**	**37.902**

Em 31 de março de 2022:	Valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros a custo amortizado	Total	Valor justo Nível 2
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	–	1.568	–	1.568	–
Aplicação financeira	42.145	–	–	42.145	42.145
Aplicação financeira - longo prazo	21.790	–	–	21.790	21.790
Títulos e valores mobiliários	6.074	–	–	6.074	6.074
Contas a receber	–	30.876	–	30.876	–
Empréstimos com partes relacionadas	–	6.355	–	6.355	–
Outros recebíveis (i)	–	11.329	–	11.329	–
	70.009	**50.128**	**–**	**120.137**	**70.009**
Passivos					
Empréstimos	–	–	38.622	38.622	–
Fornecedores	–	–	2.128	2.128	–
Arrendamentos	–	–	4.193	4.193	–
Outras contas a pagar	–	–	5.532	5.532	–
	–	**–**	**50.475**	**50.475**	**–**

(i) Não consideramos seguros garantias e despesas antecipadas.

b. Estrutura de gerenciamento de risco: A Diretoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e reporta regularmente suas atividades ao Conselho de Administração. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar, analisar, mensurar e gerenciar os riscos aos quais está exposta. **c. Risco de crédito:** Clientes: A política de vendas das controladas da Companhia, considera o nível de risco de crédito a que as controladas estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios. A análise de crédito de potenciais clientes, a diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes resulta em uma carteira com baixo risco de crédito. ***Exposição a riscos de crédito:*** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras consolidadas foi:

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	6	47.905	43.713
Títulos e valores mobiliários	7	676	6.074
Aplicações financeiras	8	20.567	21.790
Contas a receber de clientes	9	54.747	30.876
Outros créditos (i)	11	2.184	11.329
Total		**126.079**	**113.782**

(i) Não consideramos seguros garantias e despesas antecipadas.

d. Risco de liquidez: A gestão prudente do risco de liquidez implica na busca de manutenção de caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos bancários da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros (incorridos e a incorrer) e do principal, dado que os juros remuneratórios contratuais são pré-fixados e pós-fixados.

31 de março de 2023	Fluxo de caixa contratual - Consolidado				
	Valor contábil Total	Fluxo caixa contratual	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Empréstimos	37.863	44.417	25.322	19.095	–
Fornecedores	1.837	1.837	–	–	–
Arrendamentos	3.958	5.293	1.863	1.190	2.240
Outras contas a pagar	6.313	6.313	–	–	–
Total	**49.971**	**57.860**	**27.185**	**20.285**	**2.240**

31 de março de 2022	Fluxo de caixa contratual - Consolidado				
	Valor contábil Total	Fluxo caixa contratual	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 -5 anos
Empréstimos	38.622	41.480	38.145	2.580	755
Fornecedores	2.821	2.821	2.821	–	–
Arrendamentos	4.193	4.621	1.669	1.212	1.740
Outras contas a pagar	5.532	5.532	5.532	–	–
Total	**51.168**	**54.454**	**48.167**	**3.792**	**2.495**

e. Risco de flutuação de preços praticados: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **f. Risco de mercado:** A Companhia e suas controladas estão expostas a uma série de riscos de mercado, sendo os principais as variações de taxas de câmbio e taxas de juros que podem afetar seus resultados e condições financeiras. A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros. Em 31 de março de 2023, os investimentos sujeitos a esse risco representavam 84% (96% em 31 de março de 2022) do total de caixa e equivalentes. Por sua vez, os empréstimos e financiamentos sujeitos à variação do CDI representavam 92% (85% em 31 de março de 2022) do total das dívidas contratadas. No processo de gestão de riscos de mercado é feita a identificação, avaliação e implementação de estratégia, com a efetiva contratação dos instrumentos financeiros adequados.

Análise de sensibilidade:

		Consolidado	
		2023	2022
	Taxa de juros	R$	R$
Caixa e equivalentes de caixa	**CDI**	40.415	42.145
Transações com partes relacionadas	**CDI**	7.401	6.355
Empréstimos	**CDI**	(34.739)	(33.012)
Exposição líquida do balanço patrimonial		**13.077**	**15.488**

		Consolidado	
Descrição	Efeito para a Companhia	Cenário I	Cenário II
Alta da taxa de juros	Aumento das despesas	262	523
Queda da taxa de juros	Redução nas despesas	(262)	(523)

Situação provável - taxa CDI 13,65% (Fonte: Banco Central do Brasil - BCB)
Cenário I - variação de 2% na taxa de juros
Cenário II - variação de 4% na taxa de juros

Taxa de juros: A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre suas aplicações financeiras e seus empréstimos e financiamentos. Parte das aplicações financeiras da Companhia e suas controladas são mantidas em operações vinculadas à variação do CDI. Em 31 de março de 2023, os investimentos sujeitos a esse risco representavam 58% (59% em 31 de março de 2022) do total de caixa e equivalentes monitorados tempestivamente pela Administração. Por sua vez, os empréstimos e financiamentos sujeitos à variação do CDI representavam 92% do total das dívidas contratadas. ***Moeda estrangeira:*** Com o objetivo de diversificação de riscos, a Administração mantém valores mobiliários em moedas diferentes do Real no Brasil e no exterior. Monitora continuamente a flutuação dessas moedas e, em períodos de maior volatilidade, opta pela contratação de operações com derivativos. Derivativos também podem ser contratados com o objetivo exclusivo de proteção contra variações cambiais oriundas da exposição de suas operações no Brasil, por exemplo, para importações ou empréstimos bancários em moeda estrangeira. Em 04 de fevereiro de 2022 a Companhia celebrou contratos de NDF (*non deliverable forward*) no montante de USD 1.500 mil. Em 31 de março de 2022, o resultado dessa contratação resultou em um valor justo por meio do resultado de R$ 925 mil. Em 31 de março de 2023, a Companhia e suas controladas não possuíam outros instrumentos financeiros derivativos e/ou transações envolvendo derivativos. O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia segue abaixo:

		Consolidado	
		2023	2022
	Moeda de exposição	R$	R$
Títulos e valores mobiliários	USD	676	6.074
Aplicações financeiras	USD	12.266	12.995
Exposição líquida do balanço patrimonial		**12.942**	**19.069**
Contratos derivativos	USD	–	(7.107)
Exposição líquida		**12.942**	**11.962**

Análise de sensibilidade: A seguir está demonstrado o ganho (perda) que seria reconhecido no resultado na hipótese dos seguintes cenários se efetivarem no período de um ano: • Situação provável: considera as taxas correntes atuais, que indicam uma desvalorização do dólar em relação ao real da ordem de 1,57% (5,0007). • Cenários II e III: consideram uma variação do real de 10% e 20%, respectivamente, contra cada uma das moedas em que há exposição.

		Consolidado		
Descrição	Efeito para a Companhia	Situação provável	Cenário II	Cenário III
Valorização do dólar	Ganho	n/a	(1.294)	(2.588)
Desvalorização do dólar	Perda	203	1.294	2.588

g. Risco de flutuação de preços praticados: A Companhia e suas controladas buscam neutralizar o risco de flutuação de preços adotando em seus contratos com clientes fórmulas de reajustes que capturem a variação dos custos de seus principais insumos, repassando aos fornecedores as mesmas condições ajustadas com os clientes. **22. Remuneração da administração:** O total acumulado das despesas com grupo de dirigentes da Companhia foi de R$ 5.231 em 31 de março de 2023 (R$ 4.125 em 31 de março de 2022). Na AGO realizada em 28 de julho de 2022, foi aprovado o limite anual de remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia de até R$ 5.300. **23. Receita operacional líquida:** Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício, proveniente da controlada Promon Engenharia Ltda:

	2023	2022
Receita operacional bruta	254.097	164.358
Impostos sobre vendas	(30.904)	(19.235)
Total receita operacional líquida	223.193	145.123

24. Custo das vendas e dos serviços prestados:

	Consolidado	
	2023	2022
Salários e encargos	(85.865)	(57.963)
Serviços de terceiros (i)	(93.895)	(58.272)
Depreciação e amortização	(74)	(70)
Provisão	(1.122)	(76)
Total	(180.956)	(116.381)

(i) Os principais serviços contratados que compõe a rubrica são: serviços de engenharia e gerenciamento de projetos, infraestrutura, serviços de informática e soluções em tecnologia e custos com viagens e hospedagem. Os custos das vendas e dos serviços prestados são referentes à controlada Promon Engenharia Ltda. e o aumento dos custos de 2023 em relação ao mesmo período de 2022 foi impulsionado pelo crescimento operacional da referida controlada.

25. Despesas administrativas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários e encargos	(11.489)	(9.273)	(36.929)	(26.143)
Serviços de terceiros	(4.761)	(6.838)	(14.927)	(18.645)
Depreciação e amortização	–	(54)	(2.005)	(1.358)
Total	(16.250)	(16.165)	(53.861)	(46.146)

26. Outras receitas e despesas:

	Controladora		Consolidado	
Outras receitas	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Provisão para contingências	83	–	16.075	478
Crédito INSS sobre salário-maternidade e auxílio-doença	–	–	–	1.023
Crédito de PIS e COFINS sobre indébito tributário	–	–	–	13.925
Crédito acordo Trópico (Nota 11.ii)	3.627	–	3.627	–
Outros	–	–	378	–
Total	3.710	–	20.080	15.426

	Controladora		Consolidado	
Outras despesas	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Provisão para contingências	–	(33)	–	–
Crédito de PIS e COFINS sobre indébito tributário	–	–	(216)	–
PIS e COFINS sobre atualização indébito tributário	–	–	(12)	(899)
Provisão para processo exclusão ICMS	–	–	(472)	(6.920)
PIS e COFINS s/outras receitas	(583)	(431)	(1.055)	(746)
Baixa processos trabalhistas	–	–	(1.469)	–
Litígio Zero (Nota explicativa 16.ii)	–	–	(6.657)	–
Outros	(13)	–	(1.207)	(202)
Total	(596)	(464)	(11.088)	(8.767)

27. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.425	–	3.340	995
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	1.001	1.491	736	487
Atualização do contas a receber do Consórcio CNP	–	–	1.000	1.679
Créditos oriundos de processos judiciais	–	–	3.438	1.983
Atualização do crédito de PIS e COFINS (Nota 10.a)	363	–	2.229	19.331
Atualização contas a receber da FPPS	99	88	1.338	588
Ajuste de operações com derivativos	–	4.531	–	4.531
Outros	8	34	313	316
	2.896	6.144	12.394	29.910
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(5.244)	(2.300)	(6.920)	(3.635)
Ajuste de operações com derivativos	(103)	–	(103)	–
Comissões e despesas bancárias	–	–	(474)	(525)
Encargos de arrendamento mercantil	–	–	–	–
IOF sobre operações no exterior e de mútuo	(492)	(94)	(669)	(297)
Prejuízo sobre aplicação financeira (a)	(19)	(1.823)	(2.943)	(3.474)
Outros	(4)	(6)	(370)	(1.020)
	(5.862)	(4.223)	(11.479)	(8.951)
Receita e despesas com variação cambial				
Variações cambiais de aplicações financeiras (b)	–	–	2.185	(7.856)
Outros	(68)	(150)	289	(744)
	(68)	(150)	2.474	(8.600)

(a) Em 2023 e 2022 a variação do exercício é decorrente do prejuízo dos fundos de private equity - Pátria Infraestrutura FIP Multiestratégia e Pátria Infrastructure Fund II. (b) Variação cambial dos investimentos das controladas Promon International Inc. e Promon Investment Corporation. **28. Imposto de renda e contribuição social: a. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os montantes relativos ao imposto de renda e a contribuição social ativos diferidos pertencem à controlada Promon Engenharia Ltda. e em 31 de março de 2023 e 2022 possuem a seguinte composição:

	2023	2022
Provisão para perdas (i)	10.940	10.996
Provisões fiscais	1.025	2.277
Provisões trabalhistas	51	439
Provisões cíveis	2.681	3.035
Provisão de consórcios	864	417
Parcela não realizável (ii)	(7.536)	(7.537)
Outras provisões	81	70
Total ativo fiscal diferido	**8.106**	**9.697**
Total passivo fiscal diferido (Nota 10.a) (iii)	**(4.628)**	**(4.735)**
Total do imposto diferido contabilizado no ativo não circulante	**3.478**	**4.962**

(i) Referem-se a provisões constituídas para perda/desvalorização de ativos. (ii) Referem-se a diferenças temporárias sem expectativa de realização. (iii) O saldo do passivo fiscal diferido é composto por: Promon Engenharia Ltda. R$ 1.342, Promon Intelligens Estratégia e Tecnologia Ltda. R$ 2.525 e São Luiz Telecomunicações Ltda. R$ 761. A expectativa, em anos, para realização do ativo fiscal diferido está apresentada a seguir:

	Ativo	Passivo	Líquido
2023	991	–	991
2024	220	–	220
2025	6.499	(4.628)	1.871
2026 em diante	396	–	396
Total	**8.106**	**(4.628)**	**3.478**

b. Reconciliação da alíquota efetiva: A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social registrados nos resultados dos exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**6.328**	**(653)**	**10.006**	**1.468**
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa do efeito de imposto de renda e contribuição social:	**(2.151)**	**222**	**(3.402)**	**(499)**
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre:				
Exclusões (adições) permanentes	–	–	(1.029)	5.820
Resultado de equivalência patrimonial	7.649	4.830	–	85
Despesas não dedutíveis	(5)	–	–	–
Aumento (reversão) de provisões	–	(11)	4.966	(1.931)
Base negativa sobre a qual não foi constituída IR diferido	(5.521)	(5.041)	(5.062)	(5.820)
Prejuízo fiscal e base negativa utilizado	–	–	847	223
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado do exercício	**–**	**–**	**(3.679)**	**(2.122)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	–	(2.195)	312
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	(1.484)	(2.434)
Alíquota efetiva	**0%**	**0%**	**37%**	**145%**

29. Garantias prestadas: A Companhia e suas controladas ofereceram garantias para assegurar o cumprimento de execução de contratos, propostas e processos fiscais em fase de discussão judicial, entre outros, sob a forma de cartas de fiança bancária e apólices de seguro garantia, conforme segue:

	Consolidado	
	2023	2022
Cumprimento de obrigações contratuais	18.855	7.325
Processos judiciais	199.298	192.457
Adiantamento de cliente	15.060	5.421
Total	233.213	205.203

30. Fundação Promon de Previdência Social: A Companhia e sua controlada Promon Engenharia Ltda. são patrocinadoras da Fundação Promon de Previdência Social (Fundação Promon), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. A Fundação Promon tem por objetivo instituir planos privados para a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social oficial a todos os seus participantes. Em 31 de dezembro de 2022, a Fundação Promon contava com dois planos de benefícios, como segue: • Modalidade Benefício Definido: plano Promon BásicoPlus; • Modalidade Contribuição Definida: plano Promon MultiFlex. O valor do Patrimônio Social da Fundação era de R$ 1.794.293 e suas Provisões Matemáticas eram de R$ 1.594.154 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 1.791.649 e R$ 1.556.316, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021). O plano Promon BásicoPlus está fechado para novos ingressos desde 28 de março de 2005. Em 31 de dezembro de 2022, o plano contava com 502 participantes (508 em 2021), sendo 494 assistidos (498 em 2020), 8 autopatrocinados/vinculados (10 em 2021) e nenhum participante ativo/funcionário (0 em 2021). A demonstração das provisões técnicas do plano BásicoPlus está apresentada a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Patrimônio de cobertura do plano	927.024	896.542
Provisões matemáticas	777.094	752.134
Benefícios concedidos	744.316	717.178
Benefícios a conceder	32.778	34.956
Equilíbrio técnico	149.930	144.408
Superávit técnico acumulado	149.930	144.408
Reserva de contingência	147.981	144.408
Reserva para revisão de plano	1.949	–
Fundo previdencial para revisão de plano	33.349	77.090

O exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 apresentou um superávit de R$ 5.522 (déficit de R$ 16.568 em 2021), tendo em vista a variação das provisões matemáticas do plano, assim como a rentabilidade dos ativos de 10,29%, já líquida do custeio administrativo, em linha com a meta atuarial de 10,55% (IPCA + 4,50% a.a.) no ano. Este resultado levou à recomposição de reserva especial no montante de R$ 1.949. Seus investimentos, por ocasião do fim do exercício, estavam alocados 95,6% em renda fixa, 0,0% em renda variável, 4,3% em investimentos estruturados, 0,0% em investimentos no exterior, 0,0% em investimentos imobiliários e 0,1% na carteira de empréstimos a participantes. O fundo previdencial para revisão do plano no valor de R$ 33.349 (R$ 77.090 em 2021) é constituído pelo montante atualizado de R$ 22.001 (R$ 19.948 em 2021) de reserva especial acumulada durante os anos de 2018 a 2020 e pelo saldo residual de R$ 11.348 da reserva especial acumulada durante os anos de 2013 a 2017. Este segundo teve sua destinação aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Portaria nº 161, de 27 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 3 de março de 2020. A partir dessa aprovação, os valores passaram a ser destinados em parte para os participantes e em parte para as patrocinadoras a partir de abril de 2020. A destinação, conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, e pela Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, está sendo feita em 36 parcelas mensais, atualizadas mensalmente, conforme a rentabilidade dos investimentos do plano. O início da destinação do montante oriundo da reserva especial acumulada entre os anos de 2018 e 2020 se dará a partir da aprovação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Para apuração das Provisões Matemáticas foram utilizadas as seguintes principais hipóteses: • Taxa real anual de juros: 4,50% ao ano. • **Projeção do crescimento real de salário:** não é aplicável, uma vez que o plano não tem participantes ativos (funcionários). • **Tábua de Mortalidade Geral:** AT - 2000, segregada por sexo, suavizada em 20%. O plano Promon MultiFlex, por sua vez, oferecido a todos os funcionários, tem riscos atuariais circunscritos à parcela de benefícios de risco, e é isento desses riscos no que diz respeito a seus benefícios previdenciários, calculados pelo montante acumulado das contribuições feitas, opcionalmente pelos participantes e, sob regime de contrapartida, pelas patrocinadoras, durante a fase de constituição de reservas, acrescidos dos rendimentos financeiros líquidos, e pagos na forma de renda por prazo certo em quotas. A demonstração das provisões técnicas do plano MultiFlex está apresentada a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Patrimônio de cobertura do plano	817.060	804.182
Provisões matemáticas	817.060	804.182
Benefícios concedidos	412.079	405.117
Benefícios a conceder	404.981	399.065
Superávit técnico	–	–
Fundo previdencial	1.845	1.091

Ao final de 2022 o Patrimônio de cobertura do plano era de R$ 817.060 (R$ 804.182 em 2021). Seus investimentos passaram a estar alocados em 3 diferentes perfis de investimentos, o MF1, o MF2 e o MF3, que, consolidados, detinham 69,5% em renda fixa, 6,3% em renda variável, 13,6% em investimentos estruturados, 5,3% em investimentos no exterior, 3,9% em investimentos imobiliários e 1,4% na carteira de empréstimos a participantes por ocasião do fim do exercício. O plano Promon MultiFlex contava com 1.849 participantes (1.968 em 2021), sendo 262 assistidos (260 em 2021), 672 autopatrocinados/vinculados (667 em 2021) e 915 funcionários (1.041 em 2021). Durante o exercício encerrado em 31 março de 2023, a contribuição do plano Multiflex, aportada pela Companhia, foi de R$ 185 (R$ 54 em março de 2022). O total consolidado aportado foi de R$ 1.679 (R$ 313 em março de 2022). **31. Eventos subsequentes: Impostos a recuperar:** Na controlada Promon Engenharia Ltda., o Processo Judicial nº 0027962-02.2006.4.03.6100 da 4ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária de São Paulo/SP teve seu trânsito em julgado em 25.04.2023, onde foi reconhecido o crédito que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS. Em 29.05.2023 a empresa recebeu o Despacho Decisório nº 15932/2023 da Delegacia da Receita Federal do Brasil deferindo o pedido de habilitação do crédito solicitado através do Processo Administrativo nº 13868.730921/2023-47, no montante de R$ 3.900 atualizado até maio de 2023. **Reorganização societária:** A Companhia está em fase de implementação de reorganização societária, envolvendo sociedades por ela controladas, tendo como objetivos principais: a) reforçar o capital social da Promon Engenharia Ltda., sociedade operacional dedicada à prestação de serviços profissionais de engenharia, reforço esse necessário para o crescimento e fortalecimento de suas operações, através da conferência, ao seu capital, da totalidade das quotas da São Luiz Telecomunicações Ltda. que, em razão da reorganização, serão de titularidade da Companhia; e b) reduzir os custos de manutenção de sociedades que não mais se encontram em operação e sem perspectivas ou oportunidades a serem exploradas, mediante incorporação total da Promon Intelligens e Participações Ltda. e, posteriormente, da São Luiz Telecomunicações Ltda. pela Promon Engenharia Ltda. (que, em razão da referida incorporação, terá novo reforço de seu capital social).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Fernando Telles Rudge – Conselheiro (Presidente [1])
Carlos Alberto Moller Pingarilho – Conselheiro e Presidente Interino
João Aparecido Gotardi Albanezi – Conselheiro
Luiz Ernesto Gemignani – Conselheiro
Wagner Tirolli – Conselheiro
Milton Lopes Antelo Filho – Conselheiro

DIREÇÃO GERAL

Marcio Nieblas Zapater – Diretor-Presidente
Vanessa Fernanda Franco de Oliveira – Diretora-Executiva
Kátia Ackermann – Contadora - CRC 1SP 258.835/O-3

[1] Conforme reuniões do Conselho de Administração, realizadas em 05/12/2022 e 12/06/2023, Luiz Fernando Telles Rudge encontra-se afastado, em caráter excepcional e temporário, de suas funções como Presidente do Conselho de Administração, embora continue a integrar o Conselho de Administração e exercer suas atribuições e deveres como conselheiro. Até 12/09/2023, as funções de Presidente do Conselho de Administração estão sendo exercidas, interinamente, pelo conselheiro Carlos Alberto Moller Pingarilho.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Promon S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Promon S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Promon S.A. em 31 de março de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo 14 de julho de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Arlene Bidoia
Contadora - CRC 1SP244099/O-5

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 04/08/2023
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/08/04/PROMON1570991804082023.pdf
Hash:16910905212a944ae9d4314ec0b1e243b81b935d03